ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. Por Acórdão do Colectivo do T.J.B., decidiu-se condenar A, com os sinais dos autos, como autor de 1 crime de “falsificação de documento de especial valor”, p. e p. pelos artºs 244º, nº 1, al. b) e 245º do C.P.M., e, de 1 outro de “falsidade de depoimento de parte ou declaração”, p. e p. pelo art. 323º, nº 2 do mesmo C.P.M., fixando-se-lhe as penas de 1 ano e 9 meses de prisão e de 1 ano de prisão, respectivamente.

Em cúmulo, foi o arguido condenado na pena única de 2 anos e 3 meses de prisão, cuja execução foi suspensa por 3 anos, na condição de o

mesmo arguido pagar à R.A.E.M. o montante de MOP\$20,000.00 no prazo de 1 mês; (cfr., fls. 133-v).

*

Inconformado, o arguido recorreu.

Motivou para, em síntese, concluir afirmando que o Acórdão recorrido padece dos vícios de “insuficiência da matéria de facto provada para a decisão” e de “erro notório na apreciação da prova”; (cfr., fls. 159 a 175).

*

Em Resposta, pugna o Exm^o Representante do Ministério Público pela confirmação da decisão recorrida; (cfr., fls. 177 a 180).

*

Nesta Instância, e em sede de vista, considera o Ilustre Procurador-Adjunto que o recurso deve ser rejeitado, afirmando,

nomeadamente que:

“A invocação dos vícios da matéria de facto não pode, “in casu”, deixar de ter-se como gratuita.

Como se frisa, com argúcia, na resposta à motivação, “não pode o arguido em Hong Kong dizer que nasceu em Hong Kong e em Macau dizer que nasceu em Macau e invocar que ambas as declarações não são falsas porque assim está registado nos dois locais...”.”; (cfr., fls. 210 a 211).

*

Passa-se a decidir.

Fundamentação

Dos factos

2. Estão dados como provados os factos seguintes:

“A, (arguido) nascido a 26 de Setembro de 1968 no Hospital Ieong

em Hong Kong, e foi feito o registo na Conservatório de Registo de Nascimento e Óbitos em Hong Kong no dia 8 de Outubro do mesmo ano (vide a página 58 dos presentes autos).

*No dia 30 de Outubro de 1979, os pais **B** e **C** do arguido **A** requereram junto da ex-Conservatória dos Registos Cíveis em Macau o registo de nascimento do arguido, onde afirmaram que o arguido nasceu em Macau no dia 26 de Setembro de 1968 (vide a página 9 dos presentes autos) e dado que **B** não tinha como apresentar a certidão de nascimento de Macau, pelo que indicou duas testemunhas **D** e **E** para apresentarem falsos testemunhos de que o arguido tenha nascido em Macau. **B** quis tratar do registo de nascimento do arguido **A** com a finalidade de adquirir a nacionalidade portuguesa. Posteriormente, o arguido conseguiu o respectivo registo no dia 25 de Junho de 1981 no Caderno de Registos de Nascimentos (vide a página 7 dos presentes autos).*

Por este motivo, os Registos de Macau e do Governo de Hong Kong indicam que o arguido tenha nascido na região (vide as páginas 7 e 58).

A 17 de Junho de 1983 foi emitido pela 1ª vez o Bilhete de Identidade (vide a página 19 dos presentes autos).

No ano de 1987 (na altura com 18 anos de idade), o arguido

deslocou-se a Hong Kong no sentido de requerer o Bilhete de Identidade de Residente Permanente e a 24 de Agosto de 1987 foi-lhe emitido o Bilhete de Identidade de Residente Permanente de Hong Kong, o que significa que o arguido tinha conhecimento de que tinha nascido em Hong Kong (vide a página 6).

Até que a 25 de Março de 1997, o arguido foi renovar o Bilhete de Identidade de Residente, e já naquela altura tinha pleno conhecimento de que tinha nascido em Hong Kong, e no entanto não fez quaisquer alterações relativas ao local de nascimento, continuando por assumir que tinha nascido em Macau (vide a página 5 dos presentes autos).

Até que a 22 de Janeiro de 1999, a ex-Conservatória dos Registos Cíveis de Macau descobriram que o arguido tinha registos de nascimentos quer em Macau e Hong Kong pelo que exigiu ao arguido a prestação de uma declaração junto da Conservatória dos Registos Cíveis, tendo o arguido comprometido deslocar-se a Hong Kong no sentido de solicitar o cancelamento do registo de nascimento junto da Conservatória dos Registos de Nascimentos em Hong Kong. Nesse mesmo dia, o arguido foi informado de que caso não apresentasse a referida declaração no prazo de 60 dias, a ex-Conservatória dos Registos Cíveis de Macau iria apresentar a denúncia junto do Ministério Público a fim de se proceder

ao inquérito (vide a página 18 dos Presentes autos).

Decorrido o referido prazo, o arguido não apresentou quaisquer comprovativos junto da ex-Conservatória dos Registos Cíveis pelo que a mesma apresentou a denúncia ao Ministério Público.

No dia 14 de Outubro de 2004, A apresentou-se ao Ministério Público para ser interrogado, e na altura já tinha conhecimento que, caso apresentasse dados relativos à identificação que não correspondessem à verdade, incorria em responsabilidade criminal. Mas, aquando da apresentação do documento de identificação, afirmou que tinha nascido em Macau (vide a página 29 dos presentes).

Depois, o arguido deslocou-se a Hong Kong no sentido de requerer o cancelamento do registo de nascimento de Hong Kong e a 17 de Maio de 2005 o arguido disse ao Ministério Público que as autoridades de Hong Kong tinham competência para não cancelar o registo de nascimento – uma verdade legal (vide a página 48 dos presentes autos).

Até que no dia 26 de Maio de 2005, o arguido deslocou-se à Direcção dos Serviços de Identificação de Macau para renovar o Bilhete de Identidade de Residente e na altura já sabia claramente que tinha nascido em Hong Kong e voltou a assumir Macau como o local de

nascimento e confirmou os dados constantes da sua identificação através da assinatura. (vide a página 70 dos presentes autos).

Mesmo sabendo que tinha nascido em Hong Kong, aquando da apresentação dos dados relativos à sua identificação e mesmo tendo sido prevenido que, caso apresentasse dados relativos à sua identificação que não correspondessem à verdade incorreria em responsabilidade criminal, reiterou que tinha nascido em Macau, e este acto veio impedir a realização da Justiça.

O arguido sabia claramente que tinha nascido em Hong Kong, no entanto declarou junto da Direcção dos Serviços de Identificação que o local do nascimento tinha sido Macau, fazendo que uma realidade legal de grande importância fosse falsa e indicada num documento de identificação. Este acto do arguido para além de ter danificado a confiança pública, danificou os interesses da Região Administrativa Especial de Macau.

O arguido A agiu livre, voluntária e conscientemente ao praticar deliberadamente a conduta acima referida.

O arguido A sabia bem que a sua conduta era proibida e punida por Lei.

O arguido exerce funções como operador financeiro, auferindo um

salário de \$15,000 patacas.

O arguido é casado, tem os progenitores, mulher e um filho a seu cargo.

O arguido nega os factos, sendo primário.

Factos não provados: Os restantes factos que não correspondem aos factos provados constantes da acusação.”; (cfr., fls. 131-v a 132 e 199 a 203).

Do direito

3. Tal como se considera no douto Parecer do Exm^o Procurador-Adjunto e como no mesmo sentido se consignou em sede de exame preliminar, o presente recurso apresenta-se como manifestamente improcedente, sendo de rejeitar.

Passa-se pois a expor este nosso ponto de vista.

— Do alegado vício de “insuficiência da matéria de facto provada para a decisão”.

Pois bem, como de forma unânime tem entendido este T.S.I., verifica-se tal vício quando o Tribunal não investigue toda a matéria objecto do processo.

In casu, como se pode ver do que se deixou relatado, o Tribunal a quo investigou toda a matéria que devia, pronunciando-se expressamente quanto àquela que ficou provada e não provada, inexistindo assim qualquer “insuficiência da matéria de facto provada para a decisão”.

— Quanto ao alegado “erro notório na apreciação da prova”, vejamos.

Como é sabido, *“O erro notório na apreciação da prova existe quando se dão como provados factos incompatíveis entre si, isto é, que o que se teve como provado ou não provado está em desconformidade com o que realmente se provou, ou que se retirou de um facto tido como provado uma conclusão logicamente inaceitável. O erro existe também quando se violam as regras sobre o valor da prova vinculada ou as legis artis. Tem de ser um erro ostensivo, de tal modo evidente que não passa despercebido ao comum dos observadores.”*; (cfr., v.g., Ac. de 14.06.2001, Proc. nº 32/2001, também do ora relator).

E, como já decidiu também, este T.S.I.,

“É na audiência de julgamento que se produzem e avaliam todas as provas (cfr. artº 336º do C.P.P.M.), e é do seu conjunto, no uso dos seus poderes de livre apreciação da prova conjugados com as regras da experiência (cfr. artº 114º do mesmo código), que os julgadores adquirem a convicção sobre os factos objecto do processo.

Assim, sendo que o erro notório na apreciação da prova nada tem a ver com a eventual desconformidade entre a decisão de facto do Tribunal e aquela que entende adequada o Recorrente, irrelevante é, em sede de recurso, alegar-se como fundamento do dito vício, que devia o Tribunal ter dado relevância a determinado meio probatório para formar a sua convicção e assim dar como assente determinados factos, visto que, desta forma, mais não se faz do que pôr em causa a regra da livre convicção do Tribunal.” ; (cfr., v.g., Ac. de 20.09.2001, Proc. nº 141/2001, também do ora relator).

Percorrendo a factualidade dada como provada, não vemos como, onde ou em que medida terá o Tribunal a quo incorrido no imputado vício, sendo antes de concluir que mais não faz o recorrente que

pretender impor a sua versão dos factos, afrontando assim o “princípio da livre apreciação da prova” plasmado no art. 114º do C.P.P.M..

Assim, inexistindo (patentemente) os assacados vícios da matéria de facto, e nenhuma outra questão havendo a conhecer, (ainda que oficiosamente), impõe-se a rejeição do presente recurso.

Decisão

4. Nos termos e fundamentos expostos, em conferência, acordam rejeitar o recurso; (cfr., artºs 409º, nº 2, al. a) e 410º, nº 1 do C.P.P.M.).

Pagará o recorrente a taxa de justiça de 5 UCs, e, pela rejeição, o equivalente a 4 UCs; (cfr., art. 410º, nº 4 do C.P.P.M.).

Macau, aos 22 de Maio de 2008

José M. Dias Azedo

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong